

HABEAS CORPUS Nº 493.199 - RJ (2019/0041175-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANDRE EDUARDO HEINIG
ADVOGADO : ANDRE EDUARDO HEINIG - SC0028532
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALAN CRUZ TAVARES FREITAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALAN CRUZ TAVARES FREITAS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n.º 0071793-67.2018.8.19.0000.

Consta que o Paciente foi denunciado e teve a prisão preventiva decretada, em 29/11/2017, pela suposta prática dos ilícitos tipificados nos arts. 2.º, *caput* e §§ 2.º e 4.º, inciso II, ambos da Lei n.º 12.850/2013, pois, em concurso com outros 15 corréus, integraria organização criminosa que "*possui ligação com traficantes de material entorpecente das Comunidades do Município de Niterói*" (fl. 118).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 141):

"HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO COM OUTROS QUINZE CORRÉUS, PELA SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME DESCRITO NO ARTIGO 2º, CAPUT, E PARÁGRAFOS 2º E 4º, INCISO II, DA LEI Nº 12.580/2013. PLEITO DEFENSIVO QUE PRETENDE A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA COM APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, APONTANDO A INEXISTÊNCIA DA DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO PARA A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR, SALIENTANDO QUE A INSTRUÇÃO ENCONTRA-SE FINDA, NÃO PERSISTINDO OS MOTIVOS QUE ENSEJARAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ADUZ TAMBÉM, PELA OCORRÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO, ESTANDO O FEITO AINDA EM FASE DE DILIGÊNCIAS, ENCONTRANDO-SE O PACIENTE SEGREGADO HÁ QUASE UM ANO POR FATOS OCORRIDOS HÁ QUASE DOIS ANOS. APONTA TAMBÉM O IMPETRANTE, AS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DO PACIENTE E, QUE NA HIPÓTESE DE EVENTUAL CONDENAÇÃO FARÁ JUS À APLICAÇÃO DE REGIME DIVERSO DO FECHADO, OSTENTANDO, INCLUSIVE, DIREITO À PROGRESSÃO DE REGIME, MOSTRANDO-SE DESPROPORCIONAL A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. LEGALIDADE DA ORDEM. REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP QUE SE IMPÕEM

OBSERVADOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL DECISÃO FUNDAMENTADA, ATENDENDO AOS DITAMES DO ARTIGO 93, INCISO IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ARTIGO 315 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CRIME CUJA PRÁTICA É IMPUTADA AO PACIENTE QUE TEM PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A 04 (QUATRO) ANOS, ATENDENDO AOS REQUISITOS DO ARTIGO 313, I, DO CPP. EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA. NÃO CONSTA NOTÍCIA DE QUE O JUÍZO A QUO TENHA RESTADO INERTE NA MARCHA PROCESSUAL. PRAZOS QUE NÃO DEVEM SER CONTADOS ARITMETICAMENTE, MAS SIM, À LUZ DE UM CRITÉRIO DOTADO COM BASE NO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, QUE SE FAZ PRESENTE NA HIPÓTESE EM ANÁLISE. DETERMINAÇÃO PELO JUÍZO DE PISO DE QUE FOSSEM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA FALTANTE, INCLUSIVE COM EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO HÁ NO QUE SE FALAR EM AUSÊNCIA DE PROPORCIONALIDADE OU HOMOGENEIDADE, POSTO QUE NA APLICAÇÃO DA PENA O JUIZ NÃO ESTÁ MANIETADO A REQUISITOS DE ORDEM PURAMENTE OBJETIVA, ENVOLVENDO-SE PROFUNDO REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA, O QUE É VEDADO NA ESTREITA VIA DO HABEAS CORPUS, FRISANDO-SE, ADEMAIS, QUE EVENTUAIS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS NÃO SÃO ÓBICES À MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA SE PRESENTES SEUS PRESSUPOSTOS ENSEJADORES, CONFORME JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA DO E. STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA."

Neste writ, o Impetrante sustenta, em suma, que: (i) ocorre excesso de prazo na formação da culpa; (ii) "os fatos narrados na denúncia ocorreram há mais de dois anos, não sendo necessária, no atual momento processual, a manutenção da medida extrema, considerando ser o paciente primário, de bons antecedentes, com residência fixa e trabalho lícitos" (fl. 08); (iii) "o crime em comento importa em pena reclusiva que, ainda que fosse certa a culpa (o que não é o caso dos autos), seguramente teríamos regime diverso do fechado" (fl. 11); e (iv) a liberdade do Paciente não ofereceria mais risco à ordem pública.

Requer, em liminar e no mérito, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

É o relatório inicial.

Em juízo perfunctório, verifico não ser hipótese de concessão do pedido

de liminar, pois os fundamentos do decreto prisional não se mostram desarrazoados ou ilegais, estando lastreados pela **preocupação com a instrução criminal** e pela imprescindibilidade da custódia cautelar para a **garantia da ordem pública**, pois considerou a **periculosidade dos Agentes**, o *modus operandi* empregado e o fato de **integrarem suposta organização criminosa**.

No que se refere à **periculosidade do Agente**, o decreto prisional, corroborado pelo aresto ora impugnado, consignou que o Paciente é policial militar e se utilizava *"do cargo público e dos poderes a ele inerentes, concedidos pelo Estado, para disponibilizar o aparato estatal para interesses espúrios, em vez de cumprir sua missão constitucional de preservação da ordem pública"* (fl. 118).

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. POLÍCIAS MILITARES. GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS CRIMINOSAS. NECESSIDADE DE DESMANTELAR A ORGANIZAÇÃO. PERICULOSIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI DELITIVO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A periculosidade concreta dos pacientes, evidenciada pelo modus operandi delitivo - organização criminosa armada integrada por policiais militares que extorquiam traficantes, revendiam armas e adquiriam mercadorias decorrentes de crimes - demonstram a necessidade atual da decretação da prisão preventiva para o resguardo da ordem pública.

2. As circunstâncias concretas do caso indicam a inadequação de quaisquer outras medidas cautelares à hipótese em apreço.

3. Ordem denegada. (HC 446.468/RJ, SEXTA TURMA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe. 29/08/2018; sem grifos no original.)

Quanto ao fato de integrar suposta **organização criminosa**, ficou registrado que o grupo sob investigação (fl. 118):

"[...] possui ligação com traficantes de material entorpecente das Comunidades do Município de Niterói, sendo estes os principais destinatários das armas de fogo revendidas e cargas roubadas, além dos responsáveis pelos pagamentos de vantagens indevidas aos policiais militares para que repassem informações relevantes para a atuação do tráfico na localidade, bem como se privassem de combater as ações criminosas de tais traficantes".

Constato, assim, que o entendimento supra está em consonância com o do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "[a] *necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia de ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva*" (HC 95.024/SP, PRIMEIRA TURMA, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, DJe 20/02/2009).

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a periculosidade do agente, evidenciada no modus operandi do delito, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como fim o resguardo da ordem pública.

[...]

3. A prisão preventiva também se justifica, na espécie dos autos, pela necessidade da desmantelamento de organização criminosa, conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal.

4. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. (RHC 86.166/AL, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018; sem grifos no original.)

No tocante aos argumentos de que "os fatos narrados na denúncia ocorreram há mais de dois anos, não sendo necessária, no atual momento processual, a manutenção da medida extrema" (fl. 08), e de que a ordem pública não estaria ameaçada com a revogação da custódia cautelar, verifico que estes não procedem. Para tanto, destaco trecho do acórdão no qual constou que, **em recentes decisões (proferidas em maio e outubro de 2018), o Juízo de primeiro grau reavaliou os requisitos da segregação preventiva e concluiu por sua manutenção**, pois concluiu que inexistia fato novo e que permaneciam "inalterados os motivos que autorizam a segregação cautelar, sendo esta indispensável para assegurar a ordem pública, a conveniência da instrução criminal, a aplicação da lei penal militar, bem como a exigência da manutenção dos princípios de hierarquia e disciplina militares" (fl. 149).

No que diz respeito às **condições subjetivas favoráveis** do Recorrente,

essas, "*por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória*" (HC 448.134/SP, SEXTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 30/08/2018).

Já no que tange ao argumento de que a **segregação preventiva é desproporcional**, pois, no caso de eventual condenação, a reprimenda não seria privativa de liberdade, saliento que:

"[...] não cabe a esta Corte proceder com juízo intuitivo e de probabilidade para aferir eventual pena a ser aplicada, tampouco para concluir pela possibilidade de fixação de regime diverso do fechado e de substituição da reprimenda corporal, tarefas essas próprias do Juízo de primeiro grau por ocasião do julgamento de mérito da ação penal. (Precedentes)" (HC 438.765/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe de 01/06/2018.)

Por fim, no que tange ao alegado excesso de prazo, observo, em juízo de cognição sumária, que o acórdão impugnado salientou, nos termos da jurisprudência desta Corte, que o pequeno retardo na conclusão do feito se dá porque "*se trata de processo complexo que conta com 16 acusados com diferentes advogados constituídos (Operação Dark of the City), o que deve ser levado em consideração*" (fl. 152), e que somente existe constrangimento ilegal quando o excesso de prazo for motivado pelo descaso injustificado do juízo, o que, em cognição sumária, não ocorre na presente hipótese.

Diante da motivação apresentada, não se observa, ao menos *primo actu oculi*, que as instâncias ordinárias possam ter sido morosas ou desidiosas, fato que, nos termos da jurisprudências desta Corte, afasta o constrangimento ilegal por excesso de prazo na submissão do Paciente ao julgamento plenário.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal *a quo*, mormente

sobre o andamento da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

